



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000502-65.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Jhon Lennon dos Santos Martins**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

JHON LENNON DOS SANTOS MARTINS, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 155, “caput”, do Código Penal, porque no dia 7 de março de 2013, pela manhã, no estabelecimento comercial localizado na rua Araraquara, n. 17, bairro Jardim Cruzado, nesta cidade de Ibaté, teria subtraído para si um jogo de facas pertencente à vítima Maria Leda de Oliveira.

A denúncia foi recebida em 7 de junho de 2013 (fls. 43).

Resposta à acusação às fls. 63/65.

No curso da instrução processual procedeu-se à oitiva de uma testemunha (fls. 88/90). O réu quedou-se revel.

Nas alegações finais, a Dra. Promotora requereu a condenação nos termos da denúncia (fls. 92/94). A Dra. Defensora, por sua vez, pugnou pela aplicação do princípio da insignificância, postulando, subsidiariamente, a imposição de pena em patamar mínimo (fls. 97/99).

É o relatório.

Fundamento e decido.

A ação penal é procedente.

A materialidade está demonstrada pelo auto de exibição, apreensão e entrega de fls. 24/25 e pela prova oral produzida.

A autoria também é certa.

Interrogado em sede extrajudicial, o réu confessou a prática da infração penal que lhe é atribuída, relatando que ingressou no estabelecimento e apoderou-se do faqueiro, escondendo-o sob sua camiseta. Algum tempo depois, notou a aproximação da viatura policial e tentou, sem sucesso, desvencilhar-se da “res” (fls. 10).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

A confissão harmoniza-se com a prova judicial.

Sob o crivo do contraditório, o policial militar Carlos Henrique Fernandes dos Santos disse que empreendia patrulhamento de rotina quando foi abordado pela vítima que lhe informou acerca do furto. Realizadas buscas, surpreendeu o denunciado lançando o jogo de facas sob um automóvel. O bem foi reconhecido pela ofendida e a ela restituído. O acusado, por sua vez, admitiu informalmente que cometera a subtração incriminada.

Assim, a prova produzida é segura e firme para demonstrar ser o acusado o autor do delito descrito na denúncia.

Não se cogita a aplicação do princípio da insignificância, pois a conduta do réu era apta a ocasionar significativo prejuízo ao patrimônio da vítima.

De outra parte, o réu é primário e, apesar de não haver auto de avaliação anexado aos autos, é razoável concluir que o bem furtado é de pequena valor. Em consequência, reconhece-se a causa de diminuição de pena prevista no artigo 155, parágrafo 2º, do Código Penal.

Passo, então, a dosar a pena.

Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal, em 1 (um) ano de reclusão e no pagamento de 10 (dez) dias-multa.

Deixo de reconhecer em favor do acusado a atenuante descrita no artigo 65, III, "d", do Código Penal, pois, em decorrência da revelia, a confissão levada a efeito na fase policial não se confirmou em Juízo. No mais, não seria possível, nesta fase, a redução aquém do piso.

Tratando-se de furto privilegiado, conforme já reconhecido, reduzo a pena de 2/3 (dois-terços), pois as circunstâncias judiciais são favoráveis ao agente, perfazendo-se a reprimenda de 4 (quatro) meses de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa.

Com fundamento no artigo 33, parágrafo 2º, alínea "c", do Código Penal, estabeleço regime aberto para cumprimento da pena privativa de liberdade imposta.

Fixo multa mínima, em razão de ausência de prova de fortuna.

Posto isso, **JULGO PROCEDENTE** a ação penal para condenar o réu JHON LENNON DOS SANTOS MARTINS, filho de José Valdo de Jesus Martins e de Niedja Maria dos Santos, por infração ao artigo 155, parágrafo 2º, do Código Penal à pena 4 (quatro) meses de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, na forma especificada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Presentes os requisitos do artigo 44 do Código Penal, substituo da pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos consistente na prestação pecuniária de um salário mínimo.

O réu, que respondeu a este processo sem que fosse decretada sua prisão cautelar, poderá apelar em liberdade, pois ausentes os requisitos enumerados no artigo 312 do Código de Processo Penal.

Expeça-se certidão de honorários à advogada nomeada, pela atuação total, nos termos do convênio DPE/OAB-SP.

P.R.I.

Ibaté, 14 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**